

## Resenha

# O multiculturalismo como religião política, de Mathieu Bock-Côté

## Multiculturalism as Political Religion, from Mathieu Bock-Côté

BOCK-CÔTÉ, M. 2018. *Le multiculturalisme comme religion politique*. Paris, Éd. Cerf, 362p.

**Mônica Paraguassu Correia da Silva<sup>1</sup>**

Universidade Federal Fluminense (UFF)  
monica.paraguassu.uff@gmail.com

O presente texto tem por objetivo apresentar uma resenha do livro *Le multiculturalisme comme religion politique* de Mathieu Bock-côté, sociólogo e jornalista canadense, de Montreal, que foi publicado pela editora Cerf, Paris, em 2018. Nesse sentido, esta resenha pretende apresentar as ideias do autor, que colocam em questão uma série de referências do debate sobre as políticas identitárias da perspectiva do multiculturalismo e da diversidade, que tem pautado a interpretação dos direitos humanos.

Bock-côté no seu livro procura fazer uma análise crítica do processo que está em marcha de construção do que considera uma religião política, por se tratar de um novo regime político que prega a diversidade de modo a assegurar a institucionalização do multiculturalismo, partindo de uma ideia de diversidade identitária, que estabeleça uma nova legitimidade política para uma nova democracia para uma nova ideia de homem. Esses elementos seriam os fundamentos de uma nova civilização ocidental, capaz de promover a emancipação do homem a partir de uma lógica igualitária para todas as relações sociais, de modo a permitir o reconhecimento político e social de identidades que foram marginalizadas historicamente.

Desse modo, esse novo regime desconstruiria o desenho da comunidade política a que pertence o homem na nação dentro do Estado soberano para impor a ideia de pluralidade de pertencimentos, sendo o homem uma espécie de nômade, cujo status permitiria a possível migração num mundo sem fronteiras. Isto significa que a perspectiva conservadora que preconiza herança e memória a partir das categorias tradicionalmente concebidas, como

---

<sup>1</sup> Doutora em Direito pela Universidade Paris I – Panthéon-Sorbonne. Professora Associada da Faculdade de Direito da Universidade Federal Fluminense. Rua Presidente Pedreira, 62, Ingá, Niterói/RJ, CEP 24.210-470, Brasil.

nação, família e povo seriam substituídas por outras tais como a de homossexuais, mulheres, negros para a formação da comunidade política mundial.

Esse quadro, segundo o autor, tem sido construído, basicamente, a partir das décadas de 1960 e 1970, marcando o nascimento do que se pretende como um regime político progressista, transnacional e multicultural. Em capítulos intitulados por “o ocidente diversitário ou da diversidade”, “o mal-estar conservador ocidental”, “a mutação da esquerda”, “a grande escuridão ocidental ou a história como expiação”, traça o processo de construção de tal regime, que tem como referências as revoluções francesa e a de 1917, as ideias de Tocqueville, a escola de Frankfurt e os movimentos de contracultura capitaneados por maio de 1968, num processo de instituição de uma governança mundial que ganha maior força a partir dos anos 1990, com o mito do Estado mundial. De maneira geral, pode se dizer que há o duplo na apropriação desse mesmo processo, na medida em que, se de um lado há um discurso de uma esquerda multiculturalista como uma religião da humanidade, por outro lado, a direita modernista multicultural defenderia a redenção do gênero humano através de sua conversão ao mercado mundial.

O marxismo havia começado a demonstrar sua falência a partir da metade dos anos 1950 e ser revolucionário naquele momento implicava em renunciar a URSS, ainda sem renunciar à revolução, o que foi feito a partir da experiência do socialismo descolonizador. A questão fundamental então existente naquele momento, segundo o autor, era: “como liquidar o marxismo-leninismo sem sacrificar a esperança revolucionária?” (p. 14). Diz ele que o marxismo funcionava como uma verdadeira verdade revelada quando expunha que: “o homem neste mundo é alienado”. Assim, o marxismo apesar de mostrar o seu fracasso, sustentou-se como crítica ao capitalismo, ainda que sua fé revolucionária convivesse com sua política desumanizante. A partir de 1968 aparece uma nova esquerda à procura de um sujeito revolucionário (p. 16). A tensão doravante será sobre a exclusão social dos que estariam fora do sistema normativo dominante no ocidente, sustentado por majorias. Assim, diz o autor: “passaremos de uma crítica ao capitalismo a uma crítica da civilização ocidental e das grandes instituições que são consideradas como seus guardiães, seja o Estado, a nação, a família ou a escola” (p. 17).<sup>2</sup>

O conceito político de diversidade forja uma sociedade diversitária para reinventar a civilização ocidental. A cidadania democrática será deslocada da identidade nacional, num processo interno nacional de descolonização da comunidade política, de forma a romper com o que se considera mito da soberania popular. A soberania democrática seria substituída por uma nova gestão que estabeleça uma governança de direitos do homem capaz de atender às demandas das minorias. “A crise do marxismo”, diz o autor, “nas sociedades ocidentais é a da desrealização” (p. 76). E a falta dessa autocrítica pelo marxismo é interpretada pelo autor dessa forma: “Se o marxismo continua uma referência obrigatória à esquerda, as alterações feitas a ele são tão significativas que nos perguntamos se só existe de maneira nominal, à

---

<sup>2</sup> Bock-Côté, p. 17: “On passera d’une critique du capitalisme à une critique de la civilisation occidentale et des grandes institutions que sont considérées comme sa gardienne, que’il s’agisse de l’État, de la nation, de la famille ou de l’école.”

maneira de um catecismo cujas orações são recitadas sem acompanhá-lo por obras apropriadas.”<sup>3</sup>

Esse novo regime político diversitário pretende, segundo o autor, fabricar um novo povo, por meio de um processo, por ele criticado, que rompe com a lógica da herança para atender a lógica do contratualismo. Diz o autor, no capítulo intitulado “fabricar um novo povo: a questão da identidade nacional”, que a democracia tem relação histórica com o povo, o que permitiu fazer avançar o gênero humano e portanto, não é o povo ou a nação uma sociedade indeterminada, mas algo que se inscreve historicamente. Entretanto, a perspectiva de um novo regime considera a ideia de nação como vilã da história, como responsável pela opressão de minorias. Dessa forma, uma reconstrução multicultural é difícil de ser distinta da desconstrução da democracia, que é implícita desse mesmo processo de sua revisão. Essa nova perspectiva, que destrói a democracia fundada no Estado-nação lhe atribuindo responsabilidade por oprimir as minorias, aponta sua reconstrução em bases do multiculturalismo, cujo processo estaria identificado a partir da descolonização produzida pela fratura dos impérios europeus. Desse modo, uma vez fraturados os impérios europeus se passaria da descolonização exterior para uma descolonização interior. A reconstrução da democracia se daria tendo a diversidade como fundamento político, dentro de cada nação construída sobre as populações saídas da imigração e constituídas em minorias culturais portadoras de um direito à diferença.

Para a perspectiva que pretende um novo regime, a ideia de nação como fonte de legitimidade política teria condicionado uma estrutura monista em contradição com a expressão da diversidade do social, impondo uma lógica de universalidade que se manifesta como um grupo majoritário. O que se demanda é a necessidade de institucionalização da diversidade numa nova definição de espaço público aberto às reivindicações marginais e minoritárias como identitárias.

Dentro dessa nova perspectiva igualitária, a nação deixa de ser uma maioria construída historicamente para ser uma maioria demográfica, calcada em relações intercomunitárias. Há nisso uma redefinição de soberania democrática pela mudança na relação de poder da maioria sobre a minoria, cujo exercício seria não mais o de assegurar a plena expressão da maioria, mas a sua neutralização diante das minorias. A nação, desse modo, não só deveria se abrir à diversidade, mas se apagar diante desta. A condição primeira para a construção de uma identidade coletiva democrática seria exatamente a desconsideração de raízes históricas. A nação é criticada por ser identificada como um discurso hegemônico a serviço de uma maioria que se apropria do mundo comum para seu bem exclusivo, sendo uma comunidade dominante sem legitimidade. Sendo assim, não se pretende um rearranjo da comunidade política, mas a mudança na sua definição.

A identidade histórica, portanto, que reúne cultura, herança, memória, não seria então compatível com a democracia reconstruída na luta contra as discriminações e parâmetros do contratualismo, o que implica na desconstrução dos processos sociológicos e políticos

<sup>3</sup> Bock-Côté, p. 77: “Si le marxisme demeure une référence obligée à gauche, les amendements qu’on lui apporte sont si significatifs qu’on se demande s’il n’existe plus que de manière nominale, à la manière d’un catéchisme dont on recite les prières sans l’accompagner par les oeuvres appropriées.”

voltados à assimilação num quadro de imigração. Essa desconstrução implica, por exemplo, na redução da identidade francesa ao critério meramente administrativo da nacionalidade francesa e rompendo com a cultura que dá, até então, as bases da identidade. Outros exemplos, oferecidos pelo autor, dizem respeito às situações de descristianização do espaço público como forma de assegurar que está aberto à diversidade das reivindicações identitárias, tal como no caso da proposta de retirada da estrela de Davi da bandeira de Israel. Essas situações são objeto de crítica feita pela perspectiva do multiculturalismo que pretende um novo regime político não por estarem vinculadas a símbolos religiosos, mas por representarem hegemonia cultural do grupo majoritário. A corrente que defende o novo regime aponta o Canadá como o exemplo tomado de a-historicidade, que permitiria a apropriação da identidade canadense sem uma condição prévia de ser retirada a identidade prévia.

A de inflação de direitos e a judicialização do político, conforme explica o autor, vinculam esse novo regime ao risco de transformação da cidadania como máquina para generalizar reivindicações identitárias, tal como no caso de cada comunidade reclamar seu direito de veto sobre questões de interesse. Complicado pensar quem decidirá de pronto o que releva dos direitos das minorias, ao considerar que estes não devem estar submetidos à maioria. A legitimidade democrática se submeteria à soberania do direito, num processo de engenharia social contra instituições, tradições e costumes. A judicialização do político viria consagrar uma nova dinâmica política relativa à democracia clássica que é neutralizada pelo multiculturalismo.

Esse novo regime pretende o reconhecimento como gestão terapêutica da diversidade para fabricar um novo povo, explica o autor. Para tanto, a refundação da democracia precisa ser interiorizada pela população, de modo a que haja a transformação íntima da identidade. Isso na medida em que o povo real, o que está associado ao antigo mundo, resiste a sua dissolução, pois pensa nos termos clássicos de seu pertencimento. Nesse sentido, será preciso reprogramar as práticas sociais e culturais para dismantelar os esquemas discriminatórios, bem como reformar a maioria para que ela consinta nesse novo mundo em que ela não será mais do que uma comunidade dentre outras. Diz o autor:

a maioria deve querer o fim de seus privilégios, deve desejar ajudar a si mesma a se desprender deles, a se livrar deles. Não é o suficiente abrir a cidadania a grupos minoritários que afirmam ter reivindicações dinâmicas: é preciso abrir a sociedade, isso significa transformar os padrões culturais em geral, através de uma ação pública de acordo com o que se chamou, na sequência da crítica da Escola de Frankfurt, do paradigma terapêutico. As atitudes devem ser transformadas em face da diversidade: a maioria deve estar entusiasmada com o fato de que elas se tornarão uma minoria, elas devem amar o multiculturalismo. É, portanto, uma questão de combater a velha cultura e substituí-la por uma nova. Mas para que a diversidade possa se manifestar livremente, para que os estilos de vida alternativos não experimentem a estigmatização no nível das práticas sociais, é preciso reconstruir os padrões culturais dominantes que foram historicamente constituídos a partir da pressão sobre a negação da diferença. É preciso construir uma nova representação comunitária, verdadeiramente inclusiva, e

em seguida trabalhar para implementá-la, mudando atitudes em relação à diversidade, muitas vezes por meio da defesa da mudança da tolerância para o reconhecimento.<sup>4</sup>

Sendo assim, este novo regime pretende a instituição de uma teoria do reconhecimento para fundar a legitimidade da ação terapêutica por parte do Estado. Para que haja, então, o respeito entre os grupos e os indivíduos, entre as identidades e as comunidades, o Estado terá responsabilidade para a construção de uma cultura que não traga prejuízo pela auto-representação dos grupos componentes da sociedade. Bock-côté resume tal perspectiva afirmando que se pretende passar da prática da polidez à obrigação de amar, assim como da fase do respeito por seu próximo para a fase do amor obrigatório por seu próximo (p. 218). Portanto, se estaria diante de uma engenharia identitária que pretende a política do reconhecimento. O Estado terapeuta demandará à escola para reconstruir a cultura para o multiculturalismo, como uma terapia para reformar a cultura, um novo povo, um modelo da personalidade democrática.

No capítulo sob o subtítulo “a ideologia da mundialização”, Bock-côté procura explicar essa ideologia como sendo o fundamento desse novo regime político que pretende estabelecer uma governança mundial, a partir dos anos 1990, com o fim da guerra fria, em consonância com o mito do Estado mundial. Dessa forma, a mundialização almejada pelo marxismo revolucionário seria substituída pela mundialização pelo mercado e os direitos do homem. A abertura da comunidade política mundial pela figura unificada da humanidade, pela ideia de democracia mundializada, com um novo sistema na forma de um federalismo mundial. Isso traria a ideia de um cosmopolitismo como base da legitimidade democrática e de uma justiça global fundada na solidariedade mundial. A governança global não só representaria um processo econômico de desenvolvimento do mercado, tendo como agentes não mais nações, mas sociedades. Nesse processo, entendendo o mundo como uma “aldeia global”, a mundialização passaria a ser considerada como universalização da consciência, feita em várias ondas, do conjunto do gênero humano, não mais entendido como processo histórico de nações. O político nacional seria dissolvido numa dinâmica de desconstrução de identidades, que estavam historicamente atreladas à comunidade política nacional. A mestiçagem mundializada daria cabo de referências nacionais, surgindo o híbrido identitário com referências culturais desnacionalizadas.

Enquanto isso, explica o autor, é o capitalismo mesmo que demonstraria sua força revolucionária, sua política de emancipação ainda que pela desnacionalização ou

---

<sup>4</sup> Bock-Côté, p. 215: “La majorité doit vouloir la fin de ses privilèges, elle doit désirer aidement s’en déprendre, s’en délivrer. Il ne suffit pas d’ouvrir la citoyenneté aux groupes minoritaires que prétendent se constituer dans une dynamique revendicative: il faut ouvrir la société, ce que implique de transformer plus généralement les schèmes culturels, et cela à travers une action publique conforme à ce que plusieurs ont appelé, dans la suite de la critique de l’École de Francfort, le paradigme thérapeutique. Il faut transformer les attitudes devant la diversité: la majorité doit s’enthousiasmer du fait qu’elle deviendra une minorité, elle doit aimer le multiculturalisme. Il s’agit donc de lutter contre la vieille culture par la remplacer par une nouvelle. Mais pour que la diversité puisse se manifester librement, pour que les modes de vie alternatifs ne subissent pas la stigmatisation au niveau des pratiques sociales, il faut reconstruire les schèmes culturels dominants que s’étaient historiquement constitués sur le refoulement de la différence, Il faudrait construire une nouvelle représentation de la collectivité, véritablement inclusive, et ensuite travailler à l’implanter en changeant les mentalités et les attitudes devant la diversité, ce que passe souvent par un plaidoyer justifiant le passage de la tolérance à la reconnaissance.”

destraditionalização das sociedades em que atuaria doravante com mais liberdade do que sempre. Livre mercado com fim dos territórios, num mundo sem soberanias em nome dos direitos do homem. Retrato de um imperialismo humanitário em que o nômade e os movimentos migratórios dariam a nova imagem representada por uma cidadania multicultural global. Não obstante, a crítica do autor aponta que constante fluxo de pessoas pela abertura das fronteiras do Estado-nação significa desagregação política, nenhuma chance de revolta, de retomada de poder às mãos do povo, que antecedia a própria ideia de Estado. O resultado seria um povo impotente em nome da cidadania global da soberania cosmopolita.

Bock-côté termina seu livro com um subtítulo “a nova tentação totalitária”, chamando a atenção para o problema da falta do que chama de “debate democrático esclarecido para um autêntico pluralismo político e intelectual”. Isto porque considera que há uma desqualificação moral e ideológica por parte da esquerda em relação à direita, em que as direitas estariam todas jogadas num mesmo saco, como um universo de não pensamento, com as quais não se debateria, pois sua filosofia estaria fundamentalmente viciada (p. 305). Os reenviados à direita por parte da esquerda seriam, segundo o autor, tomados por esta como retardatários históricos, posto que com a pretensão de ser a *avant-garde* a esquerda daria o passo e os outros deveriam seguir seu ritmo. Diz o autor, que o que fez a força da esquerda ideológica, nas sociedades ocidentais, foi o fato de ter operado os códigos da respeitabilidade midiática e política (p. 307). Diante da inflexibilidade para o debate, a crítica ao multiculturalismo é tomada pelo descrédito como sendo um adversário do regime diversitário e rotulada como opositora aos direitos humanos, um “inimigo do gênero humano” (p. 309).

Os que defendem o novo regime o tratam como um conjunto de reformas da civilização, ao que traduz o autor como sendo um discurso de um lado a outro, ou seja, “de um mundo a outro, da obscuridade à luz, da opressão à liberdade, da homogeneidade esmagadora à diversidade reluzente” (p. 312). Contra isso, dentro de uma perspectiva de defesa do conservadorismo como parte da herança, da memória e crítica da modernidade, diz o autor:

O conservantismo ainda existe, e menos como um resíduo que na forma de uma aspiração incompressível, ligada àquela parte do homem que quer fazer parte de um mundo que o precede e que lhe sobreviverá aquela parte do homem que empurra-o para se ver como um herdeiro, guardião de um mundo que ele tem que transmitir, e não como um pequeno deus chamado para recrear o mundo de acordo com o seu desejo<sup>5</sup>.

Bock-côté finaliza seu livro fazendo o que chama de meditação sobre a resistência das pequenas nações da Europa do leste, como capaz de levar mais longe a reflexão sobre toda a questão presente. Diz, então, que foi ancorando a defesa de sua liberdade política no patriotismo espiritual e de sua identidade nacional e religiosa que foi possível que elas combatessem o totalitarismo (p. 328). Elas se definem no sentimento que tem de sua

---

<sup>5</sup> Bock-Côté, p 268: “*Le conservantisme existe encore, et moins comme résidu qu’à la manière d’une aspiration incompressible, liée à cette part de l’homme que veut s’inscrire dans un monde que le précède et qui lui survivra \_ cette part d’homme que le pousse à se voir comme un héritier, gardien d’un monde qu’il doit transmettre, et non pas comme un petit dieu appelé à recréer le monde selon ses désirs.*”

singularidade cultural, sem a ilusão de que fossem universais. Tem objetivo modesto, diz o autor: “conservar um mundo de senso de herança, precioso, mas frágil” (p. 328).

E mais:

Ao afastar-se dessas realidades profundas, querendo absolutamente considerar a sociedade simplesmente como um artifício jurídico e administrativo, sem profundidade histórica e existencial, é a própria liberdade que está isolada de suas fontes. Uma democracia desenraizada, alheia ao patriotismo e à memória, e composta apenas de indivíduos que voltados a seus direitos, provavelmente não conseguirá se defender no dia em que for realmente atacada. Nós vemos isso hoje em face do perigo islâmico.<sup>6</sup>

O autor lembra que durante a II Guerra Mundial, Winston Churchill e Charles de Gaulle não só acreditavam defender seus compatriotas ingleses e franceses, respectivamente, mas a civilização ocidental, a mesma que os pariu, o passado de seus países e no caso de Gaulle, acreditava lutar pela França histórica e não apenas pela França dos direitos do homem. Assim, Bock-côté termina seu livro dizendo que é “o utopismo e o desejo de desenraizar o homem para fazê-lo renascer num paraíso finalmente posto sobre a terra que é o fio condutor do totalitarismo.”<sup>7</sup>

*Submetido: 02/02/2018*

*Aceito: 19/06/2019*

---

<sup>6</sup> Bock-Côté, p. 328: “*En se coupant de ces réalités profondes, en voulant absolument considérer la Société simplement comme un artifice juridique et administratif, sans épaisseur historique et existentielle, c’est la liberté elle-même qu’on coupe de ses sources. Une démocratie déracinée, étrangère au patriotisme et à la mémoire et seulement faite d’individus repliés sur leurs droits, sera probablement incapable de se défendre le jour où elle sera vraiment attaquée. On le voit aujourd’hui devant le péril islamiste.*”

<sup>7</sup> Bock-Côté, p. 331: “*C’est l’utopisme et le désir de déraciner l’homme pour le faire renaître dans un paradis enfin advenu sur terre qui est le fil conducteur du totalitarisme.*”